



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

EDITAL
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº001/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 029/2026	
Data da sessão		Dia 12/05/2026	
Horário da sessão		às 09h00min horário de Brasília/DF	
Local: www.licitanet.com.br			
OBJETO:			
Registro de preços para futura aquisição de mobiliário administrativo , Destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, pelo período de 12 (doze) meses.			
Valor total estimado		LANCE MÍNIMO	
R\$ 86.973,25 (oitenta e seis mil novecentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos)		R\$ 20,00	
Registro de Preços:	Instrumento Contratual:	Critério de Julgamento:	
Sim	Sim	Menor preço por item	
Documentos de Habilitação (veja item 17 a 17.7 deste Edital)*			
Regime de execução: Fornecimento parcelado.		Requisitos Específicos: Item 17.6. do Edital -Apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, comprovando aptidão para o fornecimento de objeto específico da licitação, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado.	
*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado.			
Modo de disputa	Prioridade regional/local	Item exclusivo para me/epp?	
ABERTO	SIM	SIM	
Pedido de Esclarecimentos e Impugnações			
Até 06/05/2026, exclusivamente pelo e-mail: camaramunicipalsmgro@hotmail.com , conforme disposições deste Edital.			
AVISO			
*Recomenda-se aos licitantes a leitura atenta de todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, com vistas à adequada e regular participação no certame.			



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

EDITAL DE LICITAÇÃO
(LEI nº 14.133/2021)
Pregão Eletrônico nº001/2026
Processo Administrativo 029/2026
Sistema Registro de Preços

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Registro de preços para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO**, destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no **Termo de Referência e demais partes integrantes deste Edital**, independentemente de transcrição.

1.2. O fornecimento será realizado, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordens de Fornecimento**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, durante a vigência da Ata de Sistema de Registro de preços.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema eletrônico www.licitanet.com.br, e aquelas previstas neste Edital e seus anexos prevalecerão as disposições do Edital.

2. DO PREÂMBULO

2.1. A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, por intermédio de seu Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº001 de 02 de Janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** sob o nº **001/2026**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº **14.133**, de 1º de abril de 2021, e demais exigências deste Edital.

2.2. Presume-se que o presente Edital de Licitação foi cuidadosamente examinado pelos licitantes, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

Pregoeiro(a) :	Soleni Alves Valadão
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	29/04/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	11/05/2026, às 08h59min (horário de Brasília/DF).
<u>DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:</u>	<u>12/05/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF).</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

2.3.2. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro(a) aos licitantes:

2.4. Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Objeto da Licitação.

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III – Termo de referência.

ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO V - Modelo de declaração Conjunta.

ANEXO VI - Modelo de declaração de enquadramento em regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).

ANEXO VII – Termo de compromisso.

ANEXO VIII – Minuta de Contrato.

3. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

3.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo N° 029/2026** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema Eletrônico da Licitanet (www.licitanet.com.br).

4.2. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.

4.3. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

4.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da LICITANET – Licitações On-line. Site **WWW.LICITANET.COM.BR**

4.5. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro da Câmara do Município de São Miguel do Guaporé - RO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET” constante na página da internet www.licitanet.com.br.

4.6. A participação no presente Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de acesso ao sistema eletrônico da plataforma LICITANET, mediante prévio cadastro do licitante, o qual deverá observar as regras, condições de uso e eventuais custos operacionais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

estabelecidos pela própria plataforma, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade quanto a tais encargos..

4.7. A conexão com rede de internet e materiais necessários para a licitante participar deste certame é de total responsabilidade da mesma.

4.8. A licitante será responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.9. O presente Edital observa as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às modalidades de licitação, fases do processo licitatório e critérios de julgamento, bem como demais legislações aplicáveis. atendendo ao direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

4.10 A participação nesta licitação significa:

4.10.1 Que a licitante e as pessoas que a representam leram este Edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.

4.10.2 Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam.

4.10.3 Conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica.

4.10.4 Tem plena ciência de que não caberá, após abertura do certame, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no sistema eletrônico www.licitanet.com.br e via

E-mail: camaramunicipalsmgro@hotmail.com ao transmitir o e-mail, este deverá ser confirmado pelo(a) pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Capitão Silvío, n.º 1446 – Cristo Rei - Complemento: próximo a Prefeitura Municipal.

5.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.licitanet.com.br e via e-mail (aquele informado na impugnação), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro(a), nos autos do processo licitatório.

5.7. Acolhida a impugnação, o edital será retificado, quando for o caso, e o Pregoeiro adotará as medidas necessárias à continuidade do certame, com a eventual reabertura de prazo e redesignação da data da sessão, caso a alteração impacte a formulação das propostas.

5.8. Os pedidos de impugnação ao edital deverão ser realizados por meio do sistema eletrônico da Licitanet plataforma de licitações, sendo admitido, excepcionalmente, o envio por e-mail institucional, nos casos de indisponibilidade do sistema, devidamente comprovada.

5.9. Os pedidos de impugnação ao edital somente serão conhecidos quando apresentados dentro do prazo legal estabelecido neste Edital.

5.9.1 Quando encaminhados por meio eletrônico, serão considerados tempestivos aqueles recebidos até o último dia do prazo, independentemente do horário.

5.9.2. Os pedidos recebidos fora do horário de expediente (das 07h30min às 13h30min) terão sua análise e processamento realizados no primeiro dia útil subsequente, durante o horário de expediente da Administração.

5.9.3. Sendo assim, os pedidos apresentados após o encerramento do prazo legal não serão conhecidos.

6. Todas as informações oficiais pertinentes à presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente no Portal da Transparência da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, bem como no site: (<http://www.licitanet.com.br>), **No Diário Oficial dos Municípios** (www.diariomunicipal.com.br/arom) e no mural da Câmara Municipal.

7. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

7.1. O recebimento das propostas dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<http://www.licitanet.com.br>), até a data e horário estabelecidos neste Edital.

7.2. Após o término do prazo para envio das propostas, o sistema eletrônico não permitirá a inclusão ou alteração das mesmas.

7.3. A abertura das propostas ocorrerá na data e horário previstos neste Edital, em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, iniciando-se a fase de lances.

7.4. Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Caso ocorra qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data prevista, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, ou para data a ser definida pelo Pregoeiro, com a devida comunicação aos licitantes por meio do sistema eletrônico.

7.6. Todas as referências de tempo constantes neste Edital observarão o horário oficial de Brasília/DF.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

8.2. A participação no certame implica na aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como na observância da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

8.3. Será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4. PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO LOCAL E REGIONAL

8.4.1. Será assegurado tratamento diferenciado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) sediados local e regionalmente, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 508/2018.

8.4.2. A aplicação da prioridade ocorrerá exclusivamente como critério de desempate ficto, após o encerramento da fase de lances e antes da aceitação da proposta, observando-se o limite de até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido.

8.4.3. Nessa hipótese, o Pregoeiro convocará a licitante beneficiária mais bem classificada para que apresente proposta inferior àquela considerada vencedora, no prazo definido no sistema eletrônico.

8.4.4. Não havendo êxito, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias remanescentes, na ordem de classificação.

8.4.5. Não havendo empresas no âmbito local, a prioridade será aplicada às empresas do âmbito regional.

8.4.6. Para fins deste Edital:

a) considera-se âmbito local o Município de São Miguel do Guaporé/RO;

b) considera-se âmbito regional os municípios definidos no Decreto Municipal nº 508/2018.

8.4.7. A aplicação da prioridade não implica em restrição à competitividade, sendo adotada exclusivamente como critério de desempate ficto, não impedindo a participação de empresas de outras localidades.

8.4.8. O procedimento observará os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

8.5. Para fins de participação, a licitante deverá estar devidamente credenciada junto à plataforma LICITANET, atendendo às exigências operacionais do sistema eletrônico.

8.6. Não poderá participar da licitação, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa responsável pela elaboração do projeto, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre impedida de contratar com a Administração em decorrência de sanção;
- e) aquele que mantenha vínculo com agente público que atue na licitação ou na gestão do contrato, nos termos da legislação;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica condenada por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo à escravidão ou contratação irregular de adolescente;
- h) agente público do órgão licitante;
- i) empresas em regime de falência, dissolução ou liquidação, salvo se comprovada viabilidade econômica;
- j) empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- k) sociedades cooperativas, quando incompatíveis com o objeto;
- l) empresas reunidas em consórcio.

8.6.1. A vedação à participação em consórcio justifica-se pela baixa complexidade do objeto, não sendo necessária a conjugação de esforços entre empresas.

8.7. A licitante é responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.8. A participação no certame é de inteira responsabilidade da licitante, inclusive quanto à conexão com a internet, operação do sistema e envio de documentos.

8.9. A não observância das condições estabelecidas neste Edital poderá implicar na desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante.

8.10. JUSTIFICATIVA DA PRIORIDADE LOCAL E REGIONAL

8.10.1. A aplicação do tratamento diferenciado e simplificado para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), com prioridade de contratação para empresas sediadas local e regionalmente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

encontra amparo na Lei Complementar nº 123/2006, bem como na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 508/2018.

8.11. A adoção da prioridade local e regional justifica-se em razão da necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, incentivar a geração de emprego e renda, bem como fomentar o fortalecimento das empresas locais.

8.12. Adicionalmente, considerando a natureza do objeto licitado (aquisição de mobiliário administrativo com fornecimento parcelado), a contratação de fornecedores sediados na região contribui para maior eficiência logística, redução de custos indiretos com transporte, maior celeridade nas entregas e melhor acompanhamento da execução contratual por parte da Administração.

8.13. Ressalta-se que a aplicação do benefício observará os limites legais, especialmente o percentual de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, não implicando em restrição indevida à competitividade, mas sim na promoção do desenvolvimento regional sustentável, conforme previsto na legislação vigente.

8.14. A aplicação da prioridade não restringe a competitividade, sendo aplicada exclusivamente como critério de desempate ficto, nos termos da legislação vigente.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

9.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, cabendo-lhe, em especial:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder às questões formuladas pelos licitantes relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas, indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta mais vantajosa;
- g) verificar a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a admissibilidade dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão com auxílio do sistema eletrônico;
- k) encaminhar o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades, visando à aplicação de penalidades.

9.2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.2.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

9.2.2. A licitante interessada em participar por meio de procurador deverá formalizar instrumento de mandato, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances e praticar todos os atos no sistema.

9.2.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da plataforma.

9.3. DA PARTICIPAÇÃO

9.3.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços no sistema eletrônico.

9.3.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3.3. A licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3.4. A conexão com a internet e os equipamentos necessários para participação no certame são de responsabilidade exclusiva da licitante.

9.4. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.4.1. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema poderá ser esclarecida junto à plataforma: LICITANET, por meio dos canais oficiais de atendimento.

9.4.2. A participação no certame implica na aceitação plena de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS, DOS LANCES E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico da plataforma LICITANET, a proposta de preços, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. O envio da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- 10.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.4. As propostas cadastradas no sistema não deverão conter qualquer identificação da empresa licitante, sob pena de desclassificação, garantindo-se o sigilo até a fase de lances.
- 10.5. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e demais despesas.
- 10.6. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 20,00 (vinte reais), conforme definido neste Edital.
- 10.7. O modo de disputa adotado será o modo ABERTO, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.8. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance nos últimos 2 (dois) minutos.
- 10.8.1. A prorrogação será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances.
- 10.8.2. Na ausência de novos lances, a etapa será automaticamente encerrada.
- 10.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, podendo apresentar lances intermediários.
- 10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 10.11. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor.
- 10.12. Em caso de desconexão do Pregoeiro, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.13. Se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após comunicação no sistema eletrônico.
- 10.14. Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 10.15. O cancelamento de lance poderá ser solicitado apenas em caso de erro material evidente, devidamente justificado, cabendo ao Pregoeiro decidir quanto à sua aceitação.
- 10.16. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado.
- 10.17. O Pregoeiro poderá negociar, por meio do sistema eletrônico, diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar, visando à obtenção de melhor preço.
- 10.18. Após a fase de aceitação da proposta, o Pregoeiro procederá à análise dos documentos de habilitação do licitante vencedor.
- 10.19. Constatado o atendimento das exigências estabelecidas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 10.20. Caso o licitante não atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

10.21. Aplicam-se, ao presente certame, as regras previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como as funcionalidades e condições operacionais da plataforma LICITANET.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

11.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro procederá ao julgamento das propostas, nos termos das regras estabelecidas no item 10 deste Edital..

11.3. O Pregoeiro poderá negociar, por meio do sistema eletrônico da LICITANET, diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar, visando à obtenção de melhor preço, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

11.4. Após a negociação, será verificada a aceitabilidade da proposta quanto ao atendimento das exigências do Edital.

11.5. A análise da habilitação observará as disposições previstas no item 10 deste Edital.

11.6. Constatado o atendimento das exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

11.7. Caso o licitante não atenda às exigências de habilitação ou tenha sua proposta desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, repetindo-se o procedimento até a apuração de proposta que atenda integralmente ao Edital.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos.

11.9. Não será motivo para desclassificação simples omissão ou irregularidade formal que não comprometa o conteúdo da proposta ou cause prejuízo à Administração ou aos demais licitantes.

11.10. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências deste Edital;

b) apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os praticados no mercado;

c) apresentarem preços superiores ao valor estimado para a contratação, salvo se admitida negociação;

d) contiverem vícios insanáveis ou ilegalidades.

11.11. Após o julgamento das propostas, serão aplicados, quando cabíveis, os critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

11.12. Persistindo o empate, será realizado sorteio eletrônico entre as propostas empatadas, conforme funcionalidades do sistema eletrônico.

11.13. O resultado do julgamento será registrado em ata e disponibilizado no sistema eletrônico para acompanhamento pelos licitantes.

12. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá negociar, por meio do sistema eletrônico da LICITANET, diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo vedada a utilização de meios externos não registrados nos autos do processo.

12.3. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação, podendo solicitar ajustes ou esclarecimentos.

12.4. Caso necessário, o Pregoeiro poderá convocar o licitante classificado em primeiro lugar, por meio do sistema eletrônico, para encaminhar proposta atualizada, adequada ao valor final ofertado após a fase de lances e eventual negociação.

12.5. A proposta atualizada deverá ser enviada no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema, sob pena de desclassificação, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

12.6. Os valores da proposta deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (Real), com no máximo 02 (duas) casas decimais, devendo refletir fielmente o valor final negociado.

12.7. Não será admitida alteração do objeto, marca ou especificações do produto ofertado, sendo permitida apenas a adequação dos valores.

12.8. O não atendimento à convocação para envio da proposta atualizada, no prazo estabelecido, poderá ensejar a desclassificação do licitante, sendo convocado o próximo classificado.

12.9. Caso o preço final apresentado permaneça acima do valor estimado, o Pregoeiro poderá rejeitar a proposta, mediante justificativa.

12.10. A negociação não poderá resultar em condições mais vantajosas apenas para o licitante, devendo sempre preservar o interesse público e a isonomia entre os participantes.

12.11. Encerrada a fase de negociação e aceita a proposta, o Pregoeiro dará prosseguimento à fase de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

13. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Encerrada a fase de lances e observadas as disposições do item 10 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua conformidade com as exigências editalícias.

13.2. O Pregoeiro poderá, por meio do sistema eletrônico da LICITANET, convocar o licitante classificado em primeiro lugar para encaminhar proposta atualizada, adequada



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ao valor final ofertado, acompanhada de especificações detalhadas do objeto, tais como catálogo, folder, prospecto ou link oficial do fabricante.

13.3. A proposta atualizada deverá ser encaminhada no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

13.4. A proposta deverá conter informações suficientes para a perfeita identificação do produto ofertado, incluindo marca, modelo e especificações técnicas compatíveis com o Termo de Referência.

13.5. Não será admitida alteração do objeto, da marca ou das especificações do produto ofertado, sendo permitida apenas a adequação dos valores à proposta final.

13.6. O Pregoeiro poderá realizar diligências para verificar a conformidade das informações prestadas, inclusive mediante consulta a sítios eletrônicos oficiais ou contato com o fabricante.

13.7. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências deste Edital;
- b) apresentarem informações insuficientes ou incompatíveis com o objeto licitado;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou incompatíveis com os praticados no mercado;
- d) não forem adequadas após convocação do Pregoeiro;
- e) contiverem vícios insanáveis ou ilegalidades.

13.8. A aceitação da proposta será formalizada no sistema eletrônico, com o registro da decisão do Pregoeiro e sua devida motivação.

13.9. A proposta aceita vincula o licitante ao cumprimento integral das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em sua proposta comercial.

13.10. Após a aceitação da proposta, o Pregoeiro dará prosseguimento à fase de habilitação, conforme regras já estabelecidas neste Edital.

14. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

14.1 O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas formais existentes nas propostas e documentos apresentados pelos licitantes, desde que não alterem a substância da proposta, sua validade jurídica ou comprometam a isonomia entre os participantes, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Consideram-se erros sanáveis, entre outros:

- a) erros materiais de cálculo nos valores apresentados;
- b) divergência entre valores unitários e totais, prevalecendo o valor unitário, com a devida correção do total;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

c) divergência entre valores numéricos e por extenso, prevalecendo o valor por extenso;

d) falhas de digitação que não comprometam a compreensão da proposta.

14.3. As correções realizadas pelo Pregoeiro deverão ser devidamente justificadas e registradas em ata, garantindo transparência e publicidade dos atos.

14.4. Não será admitida, em hipótese alguma, a correção que implique:

a) alteração do valor global ou unitário originalmente ofertado, salvo correção de erro material evidente;

b) modificação da marca, modelo ou especificação do objeto;

c) inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta;

d) qualquer ajuste que comprometa a competitividade ou a igualdade entre os licitantes.

14.5. Quando necessário, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos ao licitante, por meio do sistema eletrônico da LICITANET, devendo a resposta ser apresentada no prazo fixado, sob pena de desclassificação.

14.6. As correções e diligências realizadas observarão os princípios da legalidade, isonomia, transparência e julgamento objetivo.

15. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos de habilitação exigidos neste Edital deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico da plataforma LICITANET, em formato digital, até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

15.2. Após o encerramento da fase de lances e da aceitação da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar, por meio do sistema eletrônico, o envio complementar ou a reapresentação de documentos de habilitação, quando necessário para fins de esclarecimento ou confirmação de informações.

15.3. O licitante convocado deverá encaminhar os documentos solicitados no prazo fixado pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

15.4. Somente será exigida a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas em caso de dúvida quanto à autenticidade dos documentos apresentados em formato digital.

15.5. O Pregoeiro poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, inclusive mediante consulta a bancos de dados oficiais, sítios eletrônicos ou outros meios legais disponíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

15.6. O não envio da documentação exigida, ou o envio em desacordo com as exigências deste Edital, poderá acarretar a inabilitação do licitante.

15.7. Não será admitida a inclusão de documentos que deveriam constar originalmente na proposta ou na fase de habilitação, ressalvados os casos de complementação de informações ou esclarecimentos.

15.8. Os documentos deverão estar legíveis, válidos e dentro do prazo de vigência, sob pena de inabilitação.

15.9. A documentação apresentada vincula o licitante às condições declaradas, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas.

15.10. A Administração não se responsabiliza por falhas técnicas, problemas de conexão ou envio intempestivo de documentos por parte do licitante.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e, quando houver, no instrumento contratual.

16.2. Executar o objeto conforme especificações, quantidades e prazos estabelecidos, garantindo a qualidade dos produtos fornecidos.

16.3. Entregar os produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e uso, devidamente embalados e protegidos contra danos.

16.4. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros custos necessários.

16.5. Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, os produtos que apresentarem defeitos, vícios, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

16.6. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

16.8. Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando esclarecimentos e fornecendo informações sempre que solicitado.

16.9. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

16.10. Emitir Nota Fiscal correspondente ao fornecimento realizado, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas, quando exigido.

16.11. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, sem prévia autorização da Administração.

16.12. Observar todas as normas técnicas e legais aplicáveis ao objeto, inclusive aquelas relacionadas à segurança, qualidade e consumo.

16.13. Garantir a rastreabilidade e identificação dos produtos fornecidos, quando aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

16.14. Cumprir as determinações da fiscalização designada pela Administração, facilitando o acompanhamento da execução do objeto.

16.15. Sujeitar-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

17. DOS PRAZOS E DA ENTREGA

17.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

17.2. O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

17.3. A entrega deverá ser realizada na Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, localizada na Avenida Capitão Silvio, nº 1446, Bairro Cristo Rei, ou em local previamente indicado pela Administração.

17.4. Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

17.5. Os materiais entregues em desacordo com as especificações serão recusados, cabendo à Contratada a substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias, sem ônus para a Administração.

17.6. No ato da entrega, a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal devidamente acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, dentro do prazo de validade.

17.7. O recebimento do objeto será realizado provisoriamente no ato da entrega e definitivamente após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações exigidas.

18. DA HABILITAÇÃO

18.1. Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica-financeira e qualificação técnica, nos termos deste Edital.

18.2. A documentação poderá ser substituída, total ou parcialmente, pelo registro cadastral no SICAF, desde que esteja dentro do prazo de validade.

19. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com objeto social compatível com o objeto da licitação;
- c) Documento de identificação do(s) sócio(s) ou representante(s) legal(is);
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

20. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

21. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade ou emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.

22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1. Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

22.2. O atestado deverá conter, no mínimo:

- a) Identificação da entidade emissora;
- b) Descrição do objeto fornecido;
- c) Período de execução;
- d) Assinatura do responsável.

22.3. A Administração poderá realizar diligência para verificar a veracidade das informações prestadas.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Os documentos poderão ser apresentados em formato digital, por meio do sistema eletrônico.

24.2. Não será exigida autenticação em cartório para documentos digitais.

24.3. O Pregoeiro poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou complementar informações.

24.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar o atendimento às exigências deste Edital.

25. DOS RECURSOS

25.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de até 10 (dez) minutos.

25.2. A ausência de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso.

25.3. Ao licitante que manifestar intenção de recorrer será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

25.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis.

25.5. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

25.6. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo à autoridade competente.

25.7. A decisão final será registrada no sistema eletrônico, cabendo aos licitantes o seu acompanhamento.

26. Durante o prazo recursal, os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.1. A sessão pública poderá ser reaberta nos seguintes casos:

26.2. Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores;

26.3. Erro na aceitação da proposta vencedora ou inabilitação indevida.

26.4. Os licitantes remanescentes serão convocados por meio do sistema eletrônico para acompanhar a reabertura da sessão.

27. CONTRATAÇÃO ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

27.1. Encerrada a fase recursal e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação.

27.2. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

27.3. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pela parte e aceito pela Administração.

27.4. No ato da assinatura, será verificado se o licitante mantém as condições de habilitação exigidas no Edital.

27.5. O não atendimento à convocação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

27.6. Na hipótese de o licitante vencedor não assinar o contrato ou não comprovar as condições de habilitação, poderá ser convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.

27.7. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

27.8. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta.

27.9. Após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados com base no índice IPCA, conforme legislação aplicável.

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. As despesas decorrentes da presente contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento desta Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CAMARA	Função Programática	Elemento de despesa
Câmara	02.001.04.122.0001.2.002	44.90.52.00

29. DA VIGÊNCIA

29.1. Terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado, conforme autoriza o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

30. PAGAMENTO

30.1. O pagamento só será efetuado após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias contados a partir do protocolo da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada das certidões conforme exigências deste Edital, devidamente liquidada pela Câmara Municipal.

30.2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária indicada pelo contratado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta.

30.3. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

31. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. O licitante ou contratado que cometer infração administrativa ficará sujeito às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

32. Constituem infrações administrativas, dentre outras:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

33. Pela prática das infrações administrativas poderão ser aplicadas as seguintes sanções:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

34. A multa poderá ser aplicada nos seguintes termos:

a) multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor da obrigação não cumprida, até o limite de 10%;

b) multa compensatória de até 10% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total.

35. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.

35.1. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

35.2. A aplicação das penalidades não exclui a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

36. REAJUSTAMENTO

36.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta.

36.2. Após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme legislação vigente.

36.3. Nos casos de atraso de pagamento por parte da Administração, desde que o contratado não tenha concorrido para o atraso, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente, com base no índice IPCA, proporcionalmente ao período de atraso.

36.4. O reajuste dependerá de solicitação formal do contratado e será aplicado conforme legislação vigente.

37. GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

37.1. Os produtos ofertados deverão atender às disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

38. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

38.1. São obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais previstas no Termo de Referência:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos
- b) verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital;
- f) aplicar à Contratada as sanções previstas neste Edital, quando for o caso.

39. DA ATA DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 39.1. Após a homologação do certame, será formalizada a Ata de Registro de Preços, com o(s) licitante(s) vencedor(es), para registro dos preços e demais condições.
- 39.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.
- 39.3. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar, podendo realizar as contratações conforme a necessidade, dentro dos limites estabelecidos neste Edital.
- 39.4. As contratações decorrentes da Ata serão formalizadas mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.
- 39.5. O fornecedor registrado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, observados os quantitativos estimados e as condições estabelecidas.
- 39.6. A recusa injustificada do fornecedor em atender às solicitações da Administração poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 39.7. A Ata poderá sofrer alterações nas hipóteses previstas na legislação vigente, especialmente em caso de reequilíbrio econômico-financeiro.
- 39.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer nas hipóteses previstas na legislação, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 39.9. Aplicam-se à Ata de Registro de Preços as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

40. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 40.1. A presente licitação não implica necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público devidamente justificadas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

terceiros.

40.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase do certame, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

40.3. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

40.4. A falsidade de qualquer documento ou a inveracidade das informações implicará na desclassificação do licitante ou rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis.

40.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer dúvidas.

40.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base na legislação vigente, em especial na Lei nº 14.133/2021.

40.7. O foro competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste certame será o da Comarca de São Miguel do Guaporé/RO.

São Miguel do Guaporé/RO, 20 de março de 2026.

Suzana Pelissari
Secretaria Geral
CM-SMG



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Registro de preços para futura **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Escrivaninha reta, dimensões aproximadas de 100 x 60 cm , com 02 gavetas , tampo em MDF/MDP de alta resistência, pés/pernas em aço , acabamento padrão corporativo.	8	605,67	4.845,36
02	Mesa em formato “L”, dimensões aproximadas de 120 x 120 x 60 cm , com 02 gavetas , estrutura reforçada, pernas em aço , acabamento corporativo.	2	859,33	1.718,66
03	Escrivaninha reta, dimensões aproximadas de 120 x 60 cm , com 02 gavetas , estrutura em MDF/MDP, pernas em aço , acabamento corporativo.	1	2.856,00	2.856,00
04	Escrivaninha reta, dimensões aproximadas de 160 x 60 cm , com 02 gavetas , estrutura em MDF/MDP, acabamento corporativo.	8	1.059,33	8.474,64
05	Kit com 02 poltronas decorativas para recepção, estrutura resistente, estofamento confortável, cor preta , design institucional.	20	1.030,00	20.600,00
06	Kit com 02 poltronas decorativas para recepção, estrutura resistente, estofamento confortável, cor creme , design institucional.	2	1.069,67	2.139,34



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

07	Cadeira de escritório giratória , com rodízios , encosto alto , capacidade mínima de 180 kg , espuma do assento com densidade mínima de 40 kg/m³ , apoio de braços , acabamento ergonômico.	8	1.453,33	11.626,64
08	Cadeira de escritório tipo presidente, base giratória com rodízios, encosto alto, capacidade mínima de 180 kg, espuma do assento com densidade mínima de 40 kg/m³, apoio de braços e apoio para pernas, acabamento premium.	12	1.746,33	20.955,96
09	Sofá 03 lugares, base em madeira, estofado em tecido algodão, cor preta, estrutura reforçada e acabamento institucional.	1	3.846,33	3.846,33
10	Armário de aço, 02 portas, dimensões aproximadas de 160 x 75 x 40 cm, pintura eletrostática, com prateleiras internas reguláveis.	5	916,20	4.581,00
11	Frigobar, capacidade aproximada de 93 litros, tensão 110 volts, eficiência energética compatível, uso institucional.	4	1.332,33	5.329,32
TOTAL: R\$ 86.973,25				



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Pregão Eletrônico N.º 001/2026

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do Edital de Pregão Eletrônico ____/CPL/2026 em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: Registro de preços para futura **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO**, destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal. **PROPOSTA COMERCIAL**

EMPRESA		C N P J		TELEFONE		
FAX	CELULAR	E – MAIL				
BANCO		AGÊNCIA		CONTA CORRENTE		
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA						
NOME		CARGO		CPF/MF	CI/RG	
TELEFONE FIXO		CELULAR 01		CELULAR 02		
ITEM	UNID.	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
01						
			Total Geral → (por extenso)		R\$	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data limite para recebimento das propostas.

Fornecimento dos produtos na Câmara Municipal de _____: de no máximo ____ (_____) dias corridos, a contar da data da solicitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

Declaramos, sob as penalidades da lei, e para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2026, que nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência;

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;

Que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Pregão Eletrônico 001/2026;

Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados;

Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

Não possui em seu quadro menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa e Carimbo do C N P J



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório 029/2026

Pregão eletrônico 001/2026

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO**, destinado a atender às necessidades operacionais e funcionais da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, conforme condições, quantidades estimadas e especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, facultando-se a realização conforme a necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária.

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. A presente Ata de Registro de Preços justifica-se em razão da ampliação dos gabinetes dos vereadores, da necessidade de substituição de mobiliário desgastado, inadequado ou insuficiente, bem como da padronização dos ambientes de trabalho.

2.2. O Sistema de Registro de Preços mostra-se mais vantajoso por permitir contratações parceladas, sob demanda, ao longo da vigência da Ata, garantindo economicidade, planejamento e eficiência administrativa.

2.3. JUSTIFICATIVA DA PRIORIDADE LOCAL E REGIONAL

2.4. A aplicação do tratamento diferenciado e simplificado para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), com prioridade de contratação para empresas sediadas local e regionalmente, encontra amparo na Lei Complementar nº 123/2006, bem como na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 508/2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

2.5. A adoção da prioridade local e regional justifica-se em razão da necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, incentivar a geração de emprego e renda, bem como fomentar o fortalecimento das empresas locais.

2.6. Adicionalmente, considerando a natureza do objeto licitado (aquisição de mobiliário administrativo com fornecimento parcelado), a contratação de fornecedores sediados na região contribui para maior eficiência logística, redução de custos indiretos com transporte, maior celeridade nas entregas e melhor acompanhamento da execução contratual por parte da Administração.

2.7. Ressalta-se que a aplicação do benefício observará os limites legais, especialmente o percentual de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, não implicando em restrição indevida à competitividade, mas sim na promoção do desenvolvimento regional sustentável, conforme previsto na legislação vigente.

3. VALORES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Os quantitativos pretendidos para a aquisição dos bens permanentes são os expressos no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Escrivaninha reta, dimensões aproximadas de 100 x 60 cm , com 02 gavetas , tampo em MDF/MDP de alta resistência, pés/pernas em aço , acabamento padrão corporativo.	8	605,67	4.845,36
02	Mesa em formato “L”, dimensões aproximadas de 120 x 120 x 60 cm , com 02 gavetas , estrutura reforçada, pernas em aço , acabamento corporativo.	2	859,33	1.718,66
03	Escrivaninha reta, dimensões aproximadas de	1	2.856,00	2.856,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

	120 x 60 cm, com 02 gavetas, estrutura em MDF/MDP, pernas em aço, acabamento corporativo.			
04	Escritaninha reta, dimensões aproximadas de 160 x 60 cm, com 02 gavetas, estrutura em MDF/MDP, acabamento corporativo.	8	1.059,33	8.474,64
05	Kit com 02 poltronas decorativas para recepção, estrutura resistente, estofamento confortável, cor preta , design institucional.	20	1.030,00	20.600,00
06	Kit com 02 poltronas decorativas para recepção, estrutura resistente, estofamento confortável, cor creme , design institucional.	2	1.069,67	2.139,34
07	Cadeira de escritório giratória , com rodízios, encosto alto , capacidade mínima de 180 kg , espuma do assento com densidade mínima de 40 kg/m³, apoio de braços , acabamento ergonômico.	8	1.453,33	11.626,64
08	Cadeira de escritório tipo presidente , base giratória com rodízios, encosto alto , capacidade mínima de 180 kg , espuma do assento com densidade mínima de 40 kg/m³, apoio de braços e apoio para pernas , acabamento premium.	12	1.746,33	20.955,96
09	Sofá 03 lugares , base em madeira, estofado em tecido algodão, cor preta , estrutura reforçada e acabamento institucional.	1	3.846,33	3.846,33
10	Armário de aço, 02 portas , dimensões aproximadas de 160 x 75 x 40 cm , pintura	5	916,20	4.581,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

	eletrostática, com prateleiras internas reguláveis.			
11	Frigobar , capacidade aproximada de 93 litros , tensão 110 volts , eficiência energética compatível, uso institucional.	4	1.332,33	5.329,32
TOTAL: R\$ 86.973,25				

3.2. O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 86.973,25 (oitenta e seis mil novecentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos)**

3.3. As quantidades indicadas são estimativas máximas para a vigência da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de contratação integral pela Administração.

3.4. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, sem uso anterior, acondicionados adequadamente, e atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas a seguir, admitindo-se produtos similares ou superiores em qualidade e desempenho.

3.5. Os itens a serem adquiridos compreendem, de forma exemplificativa:

3.5.1. Escrivaninha Reta 100 x 60 cm: Escrivaninha reta para uso administrativo, dimensões aproximadas de 100 cm (largura) x 60 cm (profundidade), com 02 (duas) gavetas com corrediças metálicas. Tampo confeccionado em MDF ou MDP de alta resistência, espessura mínima de 25 mm, revestido em laminado melamínico. Estrutura com pés/pernas em aço, com pintura eletrostática. Bordas com fita PVC. Acabamento padrão corporativo.

3.5.2. Mesa em Formato “L” 120 x 120 x 60 cm: Mesa de trabalho em formato “L”, dimensões aproximadas de 120 x 120 x 60 cm, com 02 (duas) gavetas. Tampo em MDF ou MDP de alta resistência, estrutura reforçada com pernas em aço e pintura eletrostática. Acabamento institucional, adequada para uso contínuo em ambiente administrativo.

3.5.3. Escrivaninha Reta 120 x 60 cm: Escrivaninha reta, dimensões aproximadas de 120 cm (largura) x 60 cm (profundidade), com 02 (duas) gavetas. Tampo em MDF ou MDP, espessura mínima de 25 mm, estrutura com pernas em aço, bordas em PVC e acabamento corporativo.

3.5.4. Escrivaninha Reta 160 x 60 cm: Escrivaninha reta para uso administrativo, dimensões aproximadas de 160 cm (largura) x 60 cm (profundidade), com 02 (duas) gavetas. Estrutura em MDF ou MDP, tampo com revestimento melamínico, bordas em PVC, estrutura resistente e acabamento institucional.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

3.5.5. Kit com 02 Poltronas Decorativas – Cor Preta: Kit composto por 02 (duas) poltronas decorativas para recepção, com estrutura resistente em madeira ou metal, estofamento confortável, revestimento em tecido ou couro de boa qualidade, cor preta, design institucional, indicado para ambientes de atendimento ao público.

3.5.6. Kit com 02 Poltronas Decorativas – Cor Creme: Kit composto por 02 (duas) poltronas decorativas para recepção, estrutura resistente, estofamento confortável, revestimento em tecido ou couro, cor creme, acabamento institucional, indicado para salas de espera e recepção.

3.5.7. Cadeira de Escritório Giratória: Cadeira de escritório giratória, com base em aço ou nylon reforçado, rodízios, encosto alto, regulagem de altura, apoio de braços, estrutura ergonômica. Assento com espuma de densidade mínima de 40 kg/m³. Capacidade mínima de carga de 180 kg. Acabamento de uso institucional.

3.5.8. Cadeira de Escritório Tipo Presidente: Cadeira de escritório tipo presidente, base giratória com rodízios, encosto alto, apoio de braços e apoio para pernas retrátil. Assento com espuma de densidade mínima de 40 kg/m³, estrutura reforçada, capacidade mínima de 180 kg, revestimento de alta durabilidade, design ergonômico e acabamento premium.

3.5.9. Sofá 03 Lugares: Sofá para recepção com capacidade para 03 (três) lugares, estrutura em madeira resistente, estofamento confortável, revestimento em tecido algodão ou equivalente, cor preta, acabamento institucional, indicado para salas de espera.

3.5.10. Armário de Aço 02 Portas: Armário de aço com 02 (duas) portas, dimensões aproximadas de 160 cm (altura) x 75 cm (largura) x 40 cm (profundidade), pintura eletrostática, prateleiras internas reguláveis, fechadura com chave, indicado para armazenamento de documentos e materiais administrativos.

3.5.11. Frigorifer 93 Litros: Frigorifer com capacidade aproximada de 93 litros, tensão 110 volts, baixo nível de ruído, eficiência energética compatível com uso institucional, porta com vedação adequada, indicado para ambientes administrativos.

4. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, nos termos da legislação vigente, podendo ser utilizada durante todo o seu período de validade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

5. REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

- 5.1. O regime de execução será de forma direta – com entrega parcelada de mercadorias, conforme solicitado pela direção da Câmara Municipal.
- 5.2. O prazo de entrega dos bens será de até 10 (dez) dias úteis, contados do aceite do contrato com as condições e prazos propostos.
- 5.3. Quanto a entrega parcelada, a CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para entrega das mercadorias, após solicitado pela Câmara Municipal, consistindo em infração contratual o não cumprimento do prazo ou a falta de justificativa para eventual atraso.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado da Câmara Municipal, localizado na **Avenida capitão Silvio, 1446 – Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO, com nota fiscal de venda, contendo a descrição completa dos itens, com os quantitativos, valores unitários e totais.**
- 5.5. Na entrega, todos os materiais deverão ser conferidos, verificando-se a compatibilidade da proposta com a descrição técnica, a marca e o modelo, bem como, a inviolabilidade das embalagens.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento.
- 6.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- 6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão e ou servidor especialmente designado.
- 6.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

6.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência.

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução das aquisições, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O Objeto deste procedimento deverá ser pago de forma à vista com descrição do produto na nota Fiscal, e deverá, obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante na proposta de preços.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

10.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. A Ata de Registro de Preços será enviada para assinatura do representante legal da adjudicatária da licitação e deverá ser devolvida assinada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for formalizada pela adjudicatária da licitação, diante de motivação justificada e aceita pela Câmara Municipal.

10.5. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, em até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, ou seja, será vencedora do certame a empresa que ofertar a proposta de menor preço para cada item do objeto licitado.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Em razão da previsão de estimativa financeira de pequeno valor, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Câmara Municipal;

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé

02.001.04.122.0001.2.002.4.4.90.52.00.00.– EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentaria respectiva e liberação dos créditos correspondentes

São Miguel do Guaporé/RO, 10 de Janeiro de 2026.

Maria Serli Lopes

Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO IV

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Câmara Municipal de _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, para os fins de direito, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I - A inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VIU do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema. VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados, executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Declara de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63º inciso IV da Lei nº 14.133/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

XI - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XII - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei nº 14.133/2021)

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO V

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06)

A Câmara Municipal de.....

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido e observado o disposto no art.2º inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

() COOPERATIVA, conforme disposto no artigo 16 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

() AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

(Local e data)

(Nome, cargo e CPF do Declarante)
CNPJ da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a entregar/executar os materiais/serviços de que trata o Pregão Eletrônico, nº 004/2025, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados neste Edital.

Declaramos, ainda que:

- a)** Caso seja vencedora do certame, o pessoal técnico, necessário encontra-se disponível para execução dos serviços objeto da presente licitação.
- b)** Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data, INEXISTEM fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não se encontra em estado de inidoneidade declarado ou suspenso, por nenhum órgão da administração pública federal, estadual, municipal ou do distrito federal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c)** Estamos cientes e declaramos **PLENA SUBMISSÃO** às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.
- d)** Declaramos a **ASSUNÇÃO** de responsabilidade pela execução dos serviços e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital;
- e)** **RECONHECEMOS** o direito da Administração Pública de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, na forma da Lei;
- f)** **CONCORDAMOS** em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados na presente proposta pelos respectivos preços se para isso formos notificados pela **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RO**;
- g)** Declaramos que, caso vencedora do certame, **CUMPRIREMOS** fielmente as disposições concernentes nas Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, especialmente a de número 10 e 18, normas estas que estabelecem diretrizes de ordem administrativa planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção, bem como as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pertinente aos serviços de que trata esta despesa;
- h)** Declaramos para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

_____, em _____ de _____ de 2025.

EMPRESA LICITANTE
CNPJ



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____
PROCESSO Nº ____/2026
- PREGÃO ELETRÔNICO -

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E A EMPRESA:

Aos ____ (____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e cinco a CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 34.476.077/0001-54, com sede na Avenida Capitão Silvio, 1446, neste ato representado pelo Excelentíssimo Presidente Sr. JAIR SILVA GOMES, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob o n.º ____ e Registro Geral sob o n.º ____ SSP/____, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º: _____, com sede a Av/Rua. _____, n.º _____, Setor ____ – Município de _____, Estado de Rondônia, doravante denominada de CONTRATADA representada pelo Sr. _____, portador do CPF n.º: _____ e RG n.º: _____ – SSP/____, resolvem celebrar o presente instrumento, como forma de Execução Indireta pelo menor preço por lote, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº. ____/2026, Processo nº: ____/2026, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº123/2006, na forma a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, inciso I):

A formação de Registro de preços para eventual e futura aquisição de aparelhos de ar-condicionado, destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal, nos moldes especificados no Termo de Referência, parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR OU AO ATO QUE TIVER AUTORIZADO A CONTRATAÇÃO DIRETA E À RESPECTIVA PROPOSTA (art. 92, inciso II).

A CONTRATADA obriga-se a acatar as condições previstas no Edital de Pregão eletrônico, bem como todos os documentos acessórios e manter o preço durante o período da contratação, nas condições previstas na proposta e as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CLÁUSULA TERCEIRA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III).
Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – o REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, inciso IV).

O regime de execução do presente Contrato será de forma direta – com entrega parcelada de mercadorias, conforme solicitado, em atendimento a previsão no Termo de Referência, parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico.

Parágrafo Único. O prazo para entrega das mercadorias será de até 03 (três) dias úteis após a solicitação pela Câmara Municipal, consistindo em infração contratual o não cumprimento do prazo ou a falta de justificativa para eventual atraso.

CLÁUSULA QUINTA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, inciso V):

O valor do presente instrumento Contratual, é de R\$: ____ - (_____) de acordo com os valores especificados na Proposta.

Condições e forma de pagamento: conforme entrega das mercadorias, mediante apresentação da nota fiscal respectiva, no prazo de até quinze dias.

Reajustamento: Os possíveis pedidos de Reajuste/Equilíbrio-Financeiro, deverão ser protocolados junto a Secretaria Geral da Câmara, pelos meios de comunicação legais, a qual é responsável pelo gerenciamento de preços, que avaliará a justificativa do pedido e deferimento.

Crítérios de atualização monetária: Apenas em caso de reajuste para manutenção do equilíbrio-financeiro, pelos índices oficiais do Governo Federal.

CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, inciso VI):

Não se aplica.

CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, inc. VII):

Não se aplica.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, Inc VIII):



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

A despesa com a execução da presente Pregão será por conta da Dotação Orçamentária conforme a seguir: Órgão n.º _____; Unidade _____; Programa de trabalho _____; Elemento de Despesa _____; serviços _____. EMPENHO Nº: _____.

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (Art. 92, Inc X):

Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (Art. 92, Inc XVII)

A CONTRATANTE obriga-se a Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega das mercadorias objeto da licitação; Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no instrumento convocatório;

Fiscalizar o recebimento das mercadorias, designando servidor para acompanhar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar quaisquer mercadorias não solicitadas ou que não estejam de acordo com as exigências estipuladas tanto neste Termo quanto no instrumento de contrato;

Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 003/2025.

§ 1º A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega, as mercadorias desta licitação, se estes não estiverem de acordo com a Proposta do Edital.

§ 2º. Fica a CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO, após a entrega das mercadorias, obrigada a efetuar pagamento concernente ao objeto do presente, mediante a emissão de nota fiscal dos serviços.

§ 3º. O desembolso máximo por período será efetuado conforme a liberação dos recursos, de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros.

§ 4º. Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos no objeto desta licitação.

§ 5º. As penalizações por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no § 4º.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO, NA CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 92, Inc. XVI):

O CONTRATADO obriga-se a manter as condições editalícias durante toda a duração do contrato entabulado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (Art. 92, Inc.XVII):

A parte contratada compromete-se a cumprir a legislação específica sobre a reserva de vagas para o deficiente físico e aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO (art. 92, inciso XIX).

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, caso a parte contratada descumpra o contrato, no todo ou em parte.

Parágrafo Único - Na ocorrência da rescisão prevista no “caput” desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo o pagamento dos serviços já realizados e devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E MULTAS :

O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções à CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

§ 1º - As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas: Advertência; Multa; Rescisão do Contrato;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Câmara Municipal.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 2º. Fica fixado o percentual de 0,5% sobre o valor da adjudicação, a título de multa de mora, por dia de atraso na execução dos serviços, até o 10º (décimo) dia, salvo comprovadamente justificado pela empresa e aceito pelo PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL;

§ 3º. Ultrapassado o prazo acima mencionado, a empresa adjudicatória ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado.

§ 4º. O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 5º. As sanções previstas alíneas “a”, “c”, “d” e “e”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea “b”, facultado a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO.

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/2021, fica designado o Fiscal de Contratos desta Câmara para acompanhar a execução e fiscalizar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

As partes contratantes elegem o Foro do Município de São Miguel do Guaporé/RO, como único competente para dirimir as questões que por ventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

São Miguel do Guaporé /RO, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE
CNPJ

CONTRATADA
CNPJ

TESTEMUNHAS:
